



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DESEMBARGADOR(A) ELEITORAL RELATOR(A)  
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Recurso Eleitoral nº 0600015-82.2022.6.21.0024

**Assunto:** CONTAS - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE EXERCÍCIO - 2021  
**Polo ativo:** MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - MAÇAMBARÁ - RS -  
MUNICIPAL  
**Relator(a):** DES. RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA

**PARECER**

RECURSO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTIDO POLÍTICO. DIRETÓRIO MUNICIPAL. EXERCÍCIO 2021. SENTENÇA. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. OMISSÃO NA JUNTADA DE DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DAS CONTAS. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA POUCO EXPRESSIVA. FALHA FORMAL. **PARECER PELO CONHECIMENTO E, NO MÉRITO, PELO PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO.**

**I – RELATÓRIO.**

Trata-se de prestação de contas do MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO - MAÇAMBARÁ - RS, oferecida na forma da Lei nº 9.096/95 e da Resolução TSE nº 23.604/19, abrangendo a movimentação financeira do exercício de 2021.

Sobreveio sentença (ID 45546059) que julgou desaprovadas as contas, nos termos artigo 45, inciso III,"b", da Resolução TSE nº. 23.604/19, em razão da constatação de *“ausência do Parecer da Comissão Executiva, ausência do Demonstrativo de Receitas e Despesas, Ausência dos Fluxos de Caixa, Ausência de Certidão de Regularidade do Conselho Regional de Contabilidade do Profissional de Contabilidade Habilitado,”* o que *“repercute na análise financeira das*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

*movimentações, o que é entendida por este juízo como suficiente para a desaprovação das contas.”*

Em suas razões recursais (ID 45546062), o partido sustenta que “o art. 45 da resolução do TSE 23.604/2019 prevê que, para desaprovar as contas o partido deve apresentar apenas parcialmente os documentos e as informações de que trata o art. 29, §§ 1º e 2º, e não seja possível verificar a movimentação financeira do órgão partidário, logo, ambas condições devem ser atendidas”, mas que, no presente caso, “embora tenha faltado a apresentação de alguns documentos e informações, a todo o momento a movimentação financeira do órgão partidário ficou anexada ao SPCA”. Ademais, juntou em anexo ao recurso o Balanço Patrimonial, Certidão de regularidade do CRC e Recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital.

Os autos foram encaminhados ao TRE/RS e, na sequência, vieram a esta Procuradoria Regional Eleitoral, para análise e parecer.

É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO.**

### **II.I – PRELIMINARMENTE.**

#### **II.I.I – Da tempestividade do recurso.**

A intimação sentença foi realizada mediante publicação no DJe – TRE-RS no dia 29.08.2023 e o recurso foi interposto em 31.08.2023, observando o tríduo recursal previsto em lei. Portanto, o recurso é tempestivo e merece ser conhecido.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**II.II – MÉRITO RECURSAL.**

**II.II.I – Da omissão na entrega de informações e documentos.**

O parecer conclusivo (ID 45546052) destacou que o partido se omitiu em apresentar os documentos indicados no exame de contas, ou seja, Balanço Patrimonial; Parecer da Comissão Executiva ou do Conselho Fiscal do partido, se houver, sobre as respectivas contas; Instrumento de mandato; Certidão de Regularidade do CFC do profissional de contabilidade habilitado e Comprovante de remessa, à RFB, da escrituração contábil digital.

Convém salientar, inicialmente, que o instrumento de mandato foi posteriormente juntado aos autos (ID 45550838).

A despeito da ausência dos referidos documentos, a avaliação das contas da agremiação foi possível, destacando o parecer conclusivo que *“O valor arrecadado em receitas no exercício de 2021 foi R\$ 3.158,15, sendo em contribuição de filiados e R\$ 124,79 de juros e rendimento. O valor total dos gastos do órgão partidário foi de R\$ 705,00, sendo em despesas financeiras – comissões e tarifas bancárias. Restando um saldo positivo de R\$ 2.577,94”*.

Os elementos presentes nos autos, portanto, permitiram a avaliação da regularidade das contas do partido, pois as informações constantes nos extratos bancários são suficientes, no presente caso, para identificar as receitas e as despesas da agremiação.

Conforme corretamente salientado pelo recorrente, o art. 45, III, b), da Resolução TSE nº. 23.604/19 dispõe que somente se *“apresentados apenas parcialmente os documentos e as informações de que trata o art. 29, §§ 1º e 2º, e não seja possível verificar a movimentação financeira do órgão partidário”* a desaprovação das contas resultará do julgamento das contas.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Assim, havendo sido possível “verificar a movimentação financeira”, não se trata de desaprovação das contas, mas de aprovação com ressalvas.

Embora a sentença tenha afirmado que a omissão “*repercute na análise financeira das movimentações*”, não foi demonstrado como e em que medida se dá tal repercussão. Considerando que a unidade técnica teve acesso à movimentação bancária do partido, nela obtendo as informações necessárias sobre as receitas e despesas realizadas no ano de 2021, não se vislumbra prejudicada a análise das contas da recorrente.

No caso em exame, portanto, o que se verifica é a existência de mera falha formal, consistente na omissão da agremiação em observar fielmente as disposições da Res. TSE 23.604/19, o que não impediu, todavia, a verificação da regularidade das contas, sobretudo diante da pouco expressiva movimentação financeira observada.

Assim, deve ser reformada a sentença, para que as contas sejam aprovadas com ressalvas.

### III – CONCLUSÃO.

Em face do exposto, opina o Ministério Público Eleitoral pelo conhecimento e, no mérito, pelo parcial provimento do recurso, nos termos da fundamentação.

Porto Alegre, na data da assinatura eletrônica.

**Lafayette Josué Petter,**  
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL AUXILIAR.